

Crítica ao modelo de SC

Marcos Aurélio da Silva*

A profusão de análises históricas sobre a economia catarinense certamente constitui uma demonstração da força intelectual que vigora no estado, o que é aliás tanto mais verdadeiro quanto mais se compara o que aqui tem sido produzido com o que fora realizado em estados de dimensões econômicas semelhantes.

Uma tal diversidade sempre tornam bem-vindas as análises de síntese, que busquem, pois, agrupar os autores, destacar-lhes os méritos, apontar-lhes as faltas, etc. Este é o intento da obra de Ido Luiz Michels, intitulada *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento*, (Editora da UFMS, 1998) e que resulta de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal da Paraíba. Estruturada em dois grandes capítulos (1. Revisão crítica da economia política catarinense; 2. A ação estatal: enriquecimento privado versus empobrecimento social) não seria demais dizer, entretanto, que a ela não faltam elementos que dificultam sua classificação no rol dos estudos que primam pela sofisticação da análise.

Toda a obra tem como fios condutores não mais que duas assertivas principais - por sinal estampadas já no título dado ao segundo capítulo -, quais sejam: a) a superexploração da mão de obra; b) a ação estatal como motor primeiro do crescimento - e ademais responsável pelo enriquecimento parasitário de nossa burguesia industrial. Aliás, são essas duas assertivas que, explicando as carências fundamentais dos diferentes analistas, informam teoricamente todo o primeiro capítulo.

A asserção de que a ação estatal constituiu o motor primeiro e fundamental da acumulação industrial parece se deparar, pois, com enormes problemas teóricos.

Com efeito, sugerindo apoiar-se no marxismo, nosso crítico pretende que a relação Estado e economia não apareça como uma relação de exterioridade. O que acontece, porém, quando se trata de demonstrar esta tese manuseando os dados da história? Curiosamente, o resultado a que se chega é exatamente o oposto. Para ele, ao final dos anos 50 e início dos 60, diante de uma grave crise de acumulação, manifesta na "estagnação e mesmo regresso" (pág. 187) da industrialização estadual, "o empresariado catarinense, ao reconhecer a sua impossibilidade de dar continuidade à acumulação de capital, por conta e riscos próprios, chama pela intervenção estatal" (pág. 186-5). Ora, a adesão a uma leitura estagnacionista parece comprometer no todo a perspectiva teórica da relação Estado-economia - fazem-

Algumas considerações sobre a obra de Ido Michels, intitulada *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento*

do, pois, aparecer a primeira esfera, como uma espécie de terceira pessoa.

Na verdade falta aqui para nosso autor uma variável fundamental - condição *sine qua non* mesmo da relação de exterioridade entre as duas esferas -, qual seja, a análise em termos de *dinâmica* econômica ou, ainda melhor, de ciclo econômico. Ela é que permite entender o porquê das estruturas estatais de financiamento empresarial estarem praticamente prontas no início dos anos 60, mais só terem um real funcionamento a partir do final dessa década quando, por conta do "milagre" brasileiro, as empresas, muito dinamicamente, iniciavam um processo de recuperação cíclica. Ou seja, apenas após o início dessa recuperação é que elas se lançam à captação de recursos estatais - o que é muito diferente de entender-las estagnadas. Não por outro motivo o regime de incentivos fiscais do Fundesc ter realizado até 1967 não mais

que quatro operações, todas inexpressivas, enquanto o Procape que lhe sucedeu, coevo do auge do "milagre" econômico e da marcha forçada do período Geisel, pôde dispor de enormes somas re-

passadas às empresas. Aliás, assim também é que o atual Prodec, cujas origens estão no regime de incentivos fiscais do governo Pedro Ivo, sequer pôde ter um desempenho comparável ao do programa de capitalização que substituiu - já que conviveu com a forte instabilidade das décadas de 80 e 90.

Não se pense todavia que os problemas da análise da ação estatal tenham se esgotado. As insuficiências teóricas neste campo não fazem falta - e em certos momentos seus desdobramentos políticos chegam a ser mesmo curiosos. Vejamos, pois, duas mais destas insuficiências.

Uma primeira diz respeito à idéia de que seria possível identificar "o Estado atuando em benefício da acumulação privada de capital desde o processo de ocupação territorial de Santa Catarina" (pág. 182, nota 161) - uma afirmação, convenhamos, bastante temerária para uma abordagem que se quer materialista histórica. Afinal, há acumulação privada de capital apenas quando vigoram relações de produção capitalistas, a não

ser que, esquecendo o que disse Marx a respeito do dinheiro e da mercadoria, isto é, que não são capital se não existirem aquelas relações, se aceite, para caracterizar o capitalismo, a ênfase na esfera da circulação de mercadorias, as únicas possíveis em território catarinense ao tempo da ocupação. Mas certamente neste caso estar-se-ia diante de um argumento pouco sólido, vulgar mesmo, típico daqueles "economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa" (Marx).

É bom não esquecer, entretanto - e aqui reside a segunda insuficiência -, que essa acumulação financiada pelo Estado não é acumulação propriamente dita, ela é apenas enriquecimento privado - e a burguesia, desde sempre, uma classe "mais parasitária que produtiva". Ora, ao leitor atento não escapa que, este tipo de análise, a despeito de apresentar-se como uma crítica radical das estruturas do capita-

lismo tércio-mundista, está na verdade em fina sintonia com o pensamento conservador norte-americano, mais precisamente aquele que tem informado as atuais reestruturações neoliberais no tercei-

ro mundo. Trata-se, a rigor, da tese das sociedades rentistas (*rent seeking societies*) - aquelas, pois, em que as "rendas capturadas pelos poderes públicos e transferidas a clientes na órbita privada" dão a tônica (nada moderna!) de suas economias; que assim estariam carentes de reformas urgentes, todas voltadas para a introdução dos mecanismos de mercado. De fato, como tão bem se referiu A. B. Castro, "Desde que as elites locais sejam devidamente incriminadas, o receituário liberal adquire mesmo uma conotação progressista. Inclui entre aqueles tradicionalmente imbuídos de uma postura crítica frente ao mercado, e genericamente resistentes à cultura capitalista" (*O Estado, a empresa e a restauração neoclássica in: Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1996*).

Mas o que dizer da idéia de que acumulação industrial catarinense tem como apoio histórico fundamental a superexploração da mão de obra? Aqui também, ao leitor arguto, e so-

bretudo àquele situado no campo do pensamento marxista, algumas referências causam extremo espanto, tamanhas suas fragilidades. A principal delas sem dúvida aparece na passagem em que se afirma que "os salários ... não permitem sequer a reprodução das condições elementares da vida" (pág. 176), algo assaz surpreendente se lembrarmos que o materialismo histórico ensina ser impossível a realização de um processo de acumulação quando o valor da força de trabalho está abaixo do mínimo necessário às condições de sua reprodução, já que isso resultaria expor a própria vida do trabalhador. Ademais, uma tal caracterização, sugerindo que a extração do mais-trabalho toma a forma da mais-valia absoluta, resulta unilateral e simplificador - o que aliás não é de admirar. Tivesse nosso crítico superado a pueril idéia do parasitismo da burguesia, perceberia que se trata de uma acumulação industrial muito dinâmica que combina, de modo dialético, mais-valia absoluta e relativa - o que só ser muito comum às industrializações tardias.

Em meio a tantas precariedades teóricas a classificação utilizada para agrupar os diferentes autores não deixaria de apresentar os seus problemas. E o agrupamento "outras contribuições" parece bem revelar o que estamos dizendo. Ele reflete mais uma incompreensão do aporte teórico dos autores ali inseridos que um verdadeiro esforço de agrupamento. Assim, diríamos que A. Marnigian estaria melhor classificado como uma interpretação marxista de rica tradição empirista, cujo fundamento teórico-metodológico está na noção de formação econômico-social - algo absolutamente ignorado pelo marxismo de nosso autor. P. Singer, dada a adesão a uma leitura estagnacionista de Blumenau, poderia muito bem aparecer nos quadros do pensamento dependentista - denominação quicá mais apropriada que a de "periféricos" utilizada algures pelo autor, e que aliás a ele, pelos motivos aqui fartamente explicitados, parece tão bem caber.

Para finalizar, se há que destacar um mérito especial na obra de Ido Michels, este sugere ser o de demonstrar que as disciplinas acadêmicas que se debruçam sobre o pensamento econômico do estado continuam a espera de novos estudos de síntese. Que isto tenha sido demonstrado não tanto pelas qualidades analíticas da obra, mas antes tão-somente pela pertinência do tema sugerido, torna a realização desses estudos ainda mais imperiosa. ■

* Professor do Departamento de Geociências da Ufsc, mestre em Geografia Humana pela USP. E-mail: marcos@ch.ufsc.br

As insuficiências teóricas neste campo não fazem falta - e em certos momentos seus desdobramentos políticos chegam a ser mesmo curiosos